

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-MOGI, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2001 NO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU.

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e um, no prédio da Faculdade Municipal Professor Franco Montoro, localizado à Estrada Municipal Oscar Cândido / Mogi Guaçu - Cachoeira de Cima s/n.º, Município de Mogi Guaçu, às 9h:52min, presente o número regimental de membros do Comitê, conforme lista de presença, o Sr. Secretário Executivo deu início à chamada dos membros componentes da mesa diretora dos trabalhos da 14ª reunião ordinária do CBH-MOGI. Compuseram a mesa o Prefeito Anfitrião de Mogi Guaçu Sr. Hélio Miachon Bueno, o Prefeito de Espírito Santo do Pinhal e Presidente do CBH-MOGI Sr. João Alborgheti, o Eng.º Neuroberto Silva, Vice Presidente do CBH-MOGI, o Sr. Marcus Vinicius Lopes da Silva, Secretário Executivo do CBH-MOGI, o Prof. Dr. Alair Assis Diretor da Faculdade Municipal “Professor Franco Montoro que gentilmente cedeu suas instalações para sediar esta reunião, os senhores Deputados Federais Dr. Helio e Dr. Nelson Marchezelli, o vice Prefeito Prof. Geraldo e o Vereador Marcos Mesquita Presidente da Câmara de Mogi Guaçu. De imediato o Presidente João Alborgheti abriu os trabalhos da 14ª reunião ordinária dando boas vindas a todos os presentes e agradecendo o Prefeito Anfitrião e Diretor da Faculdade pela organização e gentil acolhida. Destacou a importância desta reunião plenária onde será apresentada, discutida e votada a deliberação CBH-MOGI n.º 7/2001 que indica os pedidos de enquadramento aprovados para receberem dinheiro a fundo perdido do Fehidro para o exercício de 2001. Agradeceu ainda ao Secretário Executivo Sr. Marcus Vinicius o empenho para realização desta reunião, bem como ao Vice Presidente Sr. Neuroberto Silva, que classificou como braço direito e vice atuante. Por oportuno fez especial menção à presença do Eng.º Walter Caveanha, ex-Prefeito de Mogi Guaçu e deste Comitê, bem como do Prefeito de Sertãozinho e atual Conselheiro Estadual dos Recursos Hídricos Sr. Gimenez. A seguir passou a palavra para o Prefeito Anfitrião de Mogi Guaçu Sr. Hélio Miachon que agradeceu a presença de todos, citando nominalmente diversas autoridades presentes, em especial os senhores deputados federais e o Dr. Rubens Scardua, 1º pesquisador do Estado em recursos hídricos. Destacou a importância do Comitê que discute temas e toma medidas de importância para proteção da bacia além de sua satisfação em sediar a 14ª reunião ordinária do CBH-MOGI em seu município, retornando a palavra ao Presidente. Retomando a palavra o Sr. Presidente pede ao Secretário Executivo que faça a leitura da ata. Este pediu a dispensa da ata vez que todos os presentes possuem cópia da mesma. Ato contínuo a Presidência colocou a ata em discussão...em votação..., tendo sido aprovada por unanimidade. A seguir o Secretário Executivo passou aos **informes gerais**. Agradeceu inicialmente o elogio da Presidência, mas observou que deveria dividi-lo com os membros da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento. Destacou a presença do Dr. Celso Peticarrari, Secretário Executivo do CBH-Pardo, bem como do Dr. Carlos Alencastre, membro do CBH-Pardo e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A seguir o Sr. Secretário Executivo passou ao registro dos seguintes informes: **a) IV DIÁLOGO INTERAMERICANO. 1.** Noticiou que entre os dias 1 a 6 de setembro esteve - juntamente com os demais comitês paulistas - em Foz do Iguaçu representando o CBH-MOGI no IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas – cujo tema foi “Em busca de soluções”. 1.1 Durante o evento houve reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacia, que reuniu inúmeros comitês, e onde se aprovou moção pela retomada imediata dos trabalhos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que ali seja discutido o Projeto de Lei n.º 4147 que trata do saneamento, vez que os comitês de bacia entendem que a lei federal 9.433/97 dispõe que gestão de águas funda-se em uma política descentralizada e participativa onde CNRH é o órgão máximo deste sistema e é o espaço reservado aos Comitês, Estados e Sociedade Civil para discussão de tais temas. Segundo o Conselheiro Nacional Carlos Alencastre – presente à 14ª reunião ordinária - o “puxão de orelha” valeu pois o CNRH já retomou suas atividades. 1.2. Já a “A Declaração de Foz do Iguaçu” revelou que o tema “**Em Busca de Soluções**” “enfocou sobretudo a **disseminação do conhecimento** necessário para assegurar uma adequada gestão e das práticas que enfatizam a tomada de decisão compartilhada“. Mais anotou que “a questão central para se promover decisões equilibradas para o aproveitamento dos recursos hídricos é a **informação, o conhecimento e a combinação da opinião de especialistas e leigos**”. Foi este entendimento que levou o IV Diálogo a estender a discussão para além dos segmentos da sociedade que tradicionalmente discutem o tema. Assim abriu-se espaço para os setores agrícola, industrial, elétrico, florestal, mineral, imprensa e Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que puderam apresentar e compartilhar seus conhecimentos fortalecendo a participação da sociedade como um todo no gerenciamento das águas. 1.3. O resumo dos trabalhos inscritos, palestras e trabalhos completos do IV Diálogo encontram-se no sítio www.cetesb.sp.gov.br. 1.4. A pedido da Presidência e Vice Presidência, o Sr. Secretário Executivo participou do painel “**Mecanismos de Financiamento para Gestão de Recursos Hídricos**” quando foram feitos contatos com organismos financeiros oficiais, a saber: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Dra. Terezinha Moreira)

e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a fim de iniciarmos contatos sobre linhas de crédito e financiamento para saneamento básico. Finalmente revelou que a Presidência já tem agendada reunião com Escritório Paulista do BNDES, para segunda quinzena de novembro. **b) REUNIÃO NA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS SOBRE COMITÊ FEDERAL** 2. O Secretário Executivo também informou que prosseguiram as discussões preliminares para **iniciar as tratativas para constituição de um Comitê Federal**. Após a plenária de Sertãozinho foram realizadas duas outras reuniões com dirigentes do Comitê dos Afluentes Mineiros do Mogi - Pardo, dos Comitês Paulistas CBH's Pardo; Baixo Pardo; Sapucaí Mirim, e MOGI. Respectivamente: a) em **20 de setembro de 2001**, na sede do serviço de águas e esgoto de **Poços de Caldas**, com a presença do Presidente e Secretário Executivo; e b) em **16 de outubro de 2001**, na sede do **DAEE em Ribeirão Preto** com a presença daqueles mesmos comitês e também do representante da ANA (Sr. Pedro Carlos Pocioto) ocasião em que fomos representados pelo Vice Presidente e Secretário Executivo. Nesta última oportunidade chegou-se: 1) a uma primeira **proposta** de idealização de **espaço físico/territorial do comitê federal**, que reuniria os cinco comitês mencionados, bem como 2) à necessidade de se promover **nova reunião, dia 13 de novembro**, em Pirassununga, para avançar na discussão, levantamento de dados e formulação dos aspectos técnicos, ambientais, jurídicos, sociais, políticos, e econômicos que envolvem a questão, de modo a permitir se chegar a uma **análise de seus reflexos e conseqüências para as partes envolvidas**. As reuniões e discussões prosseguirão e serão do conhecimento de todos membros deste colegiado. Bem por isto, em atendimento ao deliberado na última reunião plenária em Sertãozinho a Mesa Diretora do CBH-MOGI esteve no último dia 11 de outubro de 2001, em Brasília, na AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, reunindo-se com a Dra. Dilma Seli Pena Pereira e equipe para se inteirar da metodologia de implantação de um comitê federal e que será objeto de esclarecimento e pronunciamento da Presidência e Vice Presidência ainda nesta reunião. **c) EMENDA AO ORÇAMENTO DA UNIÃO**. 3. A Secretaria Executiva noticiou ainda que a proposta de emenda ao Orçamento da União no montante de cem milhões de reais - (cujo documento com dados técnicos e financeiros, foi enviado à bancada federal paulista, bem como a todos membros deste colegiado para que acionassem o parlamentar de sua preferência solicitando-lhe apoio à iniciativa) - levou a Mesa Diretora a viajar até Brasília nos dias 10 e 11 de outubro, na semana que antecedeu a votação do Orçamento da União, a fim de insistir em sua aprovação. Nesse passo o Presidente, Vice Presidente e Secretário Executivo visitaram, em especial o Dep. Paulo Kobayashi - coordenador da Bancada Paulista; e o Dep. Sampaio Dória relator do orçamento; além de diversos parlamentares muitos dos quais já contatados por membros e Prefeitos deste colegiado, conforme pudemos constatar. Em suma **a proposta repercutiu em Brasília**. **d) PLANO DE BACIA**. O Secretário Executivo informou ainda que o Grupo Elaborador do Plano de Bacia prossegue a passos largos na elaboração do plano. Já foram realizadas diversas reuniões e os responsáveis pelos compartimentos em que foi dividida a bacia, já rumam para um primeiro esboço desta fase inicial. Nesse sentido o Presidente do Comitê já oficiou ao segmento dos Prefeitos informando-os: 1) da importância do Plano; 2) da necessidade de indicarem cinco empreendimentos que considerem necessários ao seu município; e 3) bem como da necessidade de nomeação de pessoa de sua assessoria com o objetivo: a) de fazer contato com as equipes de pesquisadores, ajudando-as na coleta de dados, documentos, nas visitas técnicas, e também na preparação e participação na discussão dos temas selecionados para o workshop de seu compartimento, etc., b) mantendo o Prefeito informado das atividades realizadas, dos temas discutidos, evitando-se dissabores futuros. Finalizando o Sr. Secretário Executivo enfatizou que o Sr. João Alborghetti Presidente do Comitê e do Grupo de Acompanhamento da Execução do Plano de Bacia – GAEXP conta com a colaboração de todos, vez que o plano de bacia, na forma idealizada pelo CBH-MOGI, é uma obra coletiva. A seguir o Secretário Executivo apresentou os cartazes e convites - que serão oportunamente distribuídos - com os locais e datas dos Workshops por compartimento, a saber : Compartimento do Rio Jaguari Mirim; Compartimento do Rio do Peixe; Compartimento do Alto Rio Mogi Guaçu ; Compartimento do Médio Rio Mogi Guaçu Superior; Compartimento do Baixo Rio Mogi Guaçu Inferior. e) **1º CONGRESSO ESTADUAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**. **Finalmente a Secretaria Executiva informou que nos dias 12, 13 e 14 de dezembro (respectivamente 4ª, 5ª e 6ª feiras) acontecerá o 1º Congresso Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, no Município de São Pedro, promovido pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH, com apoio da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e DAEE, e organizado pela Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, que reunirá pela primeira vez profissionais que atuam nos 21 Comitês Paulistas, com o objetivo de avaliar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Paralelamente ao Congresso será realizado o “Concurso Melhores Práticas” premiará os melhores trabalhos escritos sobre “atividades e projetos nos campos de recursos hídricos, saneamento, meio ambiente, energia, saúde, sistema regional, agricultura e lazer”.** Para

participar, consulte o regulamento nos sites www.fundap.sp.gov.br. e www.sigrh.sp.gov.br. Inscrições até 20 de novembro. Cada comitê terá 15 vagas asseguradas no Congresso. 5 para cada segmento: Sociedade Civil, Prefeituras, e Estado. As 5 vagas da Sociedade Civil serão pagas pela entidade organizadora / Fundap – regime de pensão completa chegada no dia 11 à noite e saída no dia 14 – ao custo de R\$ 163,00 reais por pessoa totalizando R\$ 815,00, em apartamento duplo, triplo ou quádruplo, no Hotel Fazenda Fonte Colina Verde. As 5 vagas do Estado serão pagas pelo Comitê (CBH-MOGI), .As 5 vagas do segmento dos Prefeitos serão custeadas diretamente pelos mesmos. Também em regime de pensão completa ao custo de R\$ 163.00. Como o Presidente, Vice Presidente e Secretário Executivo necessariamente deverão estar presentes, restam 12 vagas para serem preenchidas ao final desta reunião, vale dizer 4 para Sociedade Civil, 4 para o Estado e 4 para os Prefeitos. Ao final desta reunião a Presidência encaminhará o assunto para deliberação do plenário. Às 10h:15 min, após os informes gerais do Secretário Executivo, a Presidência anunciou a presença e chamou para compor a Mesa o Dr. Rui Brasil, Secretário Estadual Adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, que veio representar o Titular Dr. Antônio Carlos Mendes Thame. Às 10:19 horas o Presidente João Alborghetti pediu ao Secretário Executivo que prosseguisse sem interrupção nos **demais assuntos da ordem do dia**. Em cumprimento ao solicitado o Sr. Secretário Executivo chamou o Eng^o Luiz Carlos Mion Coordenador da **Câmara Técnica de Gestão e Planejamento** - CTGP, para juntamente com os senhores Aparecido “Pelão” Hojaij e Marcos José Lomônico, membros daquela câmara, **apresentarem a proposta de minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 7/2201**, cuja cópia encontra-se em mãos deste Plenário. A referida minuta indica os pedidos de enquadramento aprovados para receberem recursos financeiros a fundo perdido do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2001, e será objeto de discussão e votação deste Colegiado nessa reunião. Os expositores tinham como objetivo apresentar de forma didática o conteúdo da proposta de minuta de Deliberação 07/2001 que dispõe como foram distribuídos os recursos Fehidro para 2001. Antes da apresentação o Secretário Executivo fez questão de mais uma vez testemunhar o enorme esforço dos membros da CTGP, que a partir da última plenária realizada em Sertãozinho, em 25 de maio reuniram-se por dez vezes até presente data. Foram seis meses de trabalho ininterrupto. O trabalho incansável de seus membros permitiu a realização das reuniões plenárias de Sertãozinho e desta que hoje ocorre. Revelou que na reunião de pontuação e aprovação dos pedidos no último dia 15 de outubro seus membros não interromperam os trabalhos nem mesmo para almoçar, trabalhando por nove horas seguidas! Finalizando, o Sr. Secretário Executivo, em nome do plenário, que lhes delegou tão difícil tarefa, agradeceu a todos os membros da CTGP por darem forma e conteúdo prático ao trinômio que nos orienta enquanto órgão colegiado: integração, descentralização e participação. Assumindo os trabalhos o Eng^o Luiz Carlos Mion Coordenador da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento – CTGP, chamou os senhores Aparecido “Pelão” Hojaij e Marcos José Lomônico, para formar a equipe encarregada da apresentação. Preliminarmente o Eng^o Mion cumprimentou a todos e agradeceu as elogiosas palavras do Sr. Secretário Executivo. Enfatizou o processo democrático e participativo da reunião de pontuação, classificação e aprovação dos pedidos de enquadramento, que contou com a presença do Prefeito de Santa Cruz das Palmeiras na mesa condutora dos trabalhos, além da assistência de outros prefeitos, demais dirigentes de órgãos e entidades públicas e privadas, e membros deste comitê. Lembrou ao colegiado que atendendo a deliberação n.º 6/2001, a Câmara Técnica de Gestão e Planejamento prosseguiu o seu trabalho de atendimento às dúvidas dos tomadores de forma individual ou nos plantões de dúvidas. Isto permitiu a apresentação de **27 pedidos** de enquadramento, sendo que **19 (dezenove) foram aprovados (70,4%)**, conforme consignado nas atas da 9ª e 10ª reuniões da CTGP/2001. Revelou que dos 8 (oito) pedidos não aprovados, três deles fizeram solicitação de recursos acima do disponível, infringindo o artigo 2º da deliberação CBH-MOGI n.º 6/2001. Quatro foram desclassificados por falta de documentação nos termos do art.7º da mesma deliberação e um por apresentar mesmo CNPJ, o que caracteriza mesmo órgão ou entidade. Dando seqüência ao programado a equipe da CTPG, fez uma apresentação didática do quadro de distribuições e redistribuições que redundou na proposta de minuta de deliberação CBH-MOGI n.º 07/2001 cujo texto estava em mãos dos presentes. Muito embora aberto o espaço, após a exposição não houve manifestação de dúvidas, perguntas, ou quaisquer outras indagações. Finalizando o Eng^o Luiz Carlos Mion, agradeceu à equipe responsável pela apresentação, e entregou à Mesa Diretora uma pasta/relatório com as atas das dez reuniões realizadas pela CTGP em 2001 e duas propostas de minuta de deliberação, e que permitiram a realização da 13ª e 14ª reuniões ordinárias, dando a seguir por encerrada a apresentação. Retomando a palavra a Presidência agradeceu o empenho pessoal de todo os membros da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento que permitiu a realização das duas últimas reuniões plenárias, bem como reconheceu o enorme trabalho de classificação, pontuação e aprovação ou não dos pedidos de recursos Fehidro. O Presidente reconheceu a dificuldade, complexidade da tarefa e pressões eventualmente recebidas, decorrente da abertura

dos trabalhos, e do zelo e empenho com que aplicaram o regulamento, segundo o pré determinado e aprovado pelo plenário, fazendo uma pontuação, classificação e aprovação clara, transparente, democrática e participativa. Finalizando a Presidência acentuou que assim erra-se muito pouco e que deste modo todos saem satisfeitos e convencidos. Assim de imediato, terminado os agradecimentos do Presidente Alborgheti, o Eng.º Luiz Carlos Mion propôs ao Presidente o encaminhamento da discussão e votação da minuta de Deliberação n.º 7/2001. Retomando a palavra, às 10h:43min horas, o Presidente João Alborgheti colocou a minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 7/2001 em discussão... e votação..., tendo sido aprovada por unanimidade. Na seqüência e dentro da pauta assuntos diversos o Sr. Presidente houve por bem comentar a viagem que a mesa diretora do comitê fez a Brasília para tratar da emenda ao orçamento da união. Principiou por agradecer o empenho de todos os prefeitos da bacia dos mais diferentes partidos políticos que acionaram os deputados federais de suas preferências, para que unidos pudessem apresentar a emenda de bancada, que os deputados federais presentes à reunião terão oportunidade de explicar. Lembrou que foram colocados cento e oitenta milhões, mas que todos sabemos que por razões técnicas de orçamento e de negociação política, o que é natural, pois se trata não só dos interesses de uma bacia, de um estado, mas do Brasil. Concluindo agradeceu mais a todos que se empenharam nessa tarefa. A seguir o Senhor Presidente franqueou a palavra ao **Deputado Federal Dr. Hélio**, que após saudar a todos os presentes e em especial seu colega Nelson Marchezelli” batalhador pela causa da bacia”, externou sua satisfação por estar presente nesta reunião afirmando que “quando vejo uma distribuição técnica dos recursos, de forma madura e transparente, fico envaidecido com isto. Mantive neste último semestre contato e reuniões com uma série de comitês de bacia deste país, mas vejo que desta qualidade, com esta competência é muito raro”. Dr. Hélio enfatizou a questão dos vasos comunicantes, dizendo que é necessário de um lado, ou numa ponta, a sociedade civil cobrar o que entende de direito, pois sabemos que nos próximos 50 anos a questão ambiental é de fundamental importância. Não obstante observou que do outro lado, na outra ponta, já verificou uma mudança na sensibilidade dos prefeitos – em particular nos desta região -, que pensam no futuro, além de seus quatro anos de mandato. Notou hoje que parlamentar federal é cobrado pelos prefeitos com os olhos voltados para o futuro. Lembrou que se há 50 anos atrás o Oriente Médio tivesse se preocupado mais intensamente com a questão, não teria problemas tão graves de escassez e guerra. Concluiu que a água é o principal elemento em debate e discussão. O Dr. Hélio revelou que em Brasília vislumbra dois temas importantes para discussão parlamentar e participação de todos: a) o Projeto Lei Nacional sobre Resíduos Sólidos, (Presidente Dep. José Índio, relator Dep. Emerson Kapaz) onde devemos atentar para que os prefeitos possam contar com recursos que efetivamente mudem a realidade; b) o Projeto de Lei Nacional sobre Saneamento, que dentre outras coisas trata da titularidade do saneamento, que não pode ser perdida, vez que prefeitos e municípios poderão decidir seu futuro. “Conseguimos protelar mas é preciso estar vigilantes”, destacou. Por último, o Dr. Hélio fez questão de enfatizar o papel da bancada paulista, em especial do Dr. Nelson Marchezelli, que adotou a posição estratégica de fazer “o que é desejável e importante para a comunidade, para os municípios” , culminando na luta pela aprovação da emenda de bancada ao orçamento da união em aproximadamente 180 milhões de reais para recursos hídricos. Revelou que não chegamos ao final ainda, e que é preciso ainda um corpo a corpo até 28 de dezembro, para aprová-la definitivamente e impedir que a dissequem. Finalizando o Dr. Hélio concluiu: “estou feliz de estar aqui neste grande plenário técnico e político”. Na seqüência o Presidente João Alborgheti franqueou a palavra ao **Deputado Federal Dr. Nelson Marchezelli**, que saudou a todos os presentes em especial o seu colega Deputado Dr. Hélio. A seguir fez um breve relato de sua luta, juntamente com o Dep. Dr. Hélio que trouxe a esquerda, com o Dep. Ari Kara, com o Deputado Sílvio Torres que classificou como “um leão” que trabalhou e costurou muito, além dos demais parlamentares dentre ele o Dep. Paulo Kobayashi, pela inclusão e aprovação de emenda ao Orçamento da União, que contemple as (quatro) Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba/Capivari, Paraíba, Pardo e Mogi, no montante de aproximadamente cento e oitenta milhões de reais. Observou, no entanto, que no processo de discussões este montante pode ficar em torno de noventa milhões, sendo que no rateio ao menos trinta milhões para a Bacia do Mogi, enfatizando que este é o objetivo final. Dr. Nelson Marchezelli destacou a importância do trabalho de convencimento dos parlamentares pelos senhores Prefeitos Municipais no encaminhamento da proposta de emenda, e que isto foi de extrema importância, pois foi aberta uma janela, e no ano que vem isto pode vir a ser repetido. Revelou que o Prefeito João “do Sal” Sundfeld o cobrava diariamente, afirmando que “vocês prefeitos foram incisivos...não precisava exagerar. O Prefeito João “do Sal” fez questão de dividir a menção com o Prefeito Hélio Miachon de Mogi Guaçu. Noticiou ainda a abertura de outras emendas “guarda-chuva” referente a infra estrutura e turismo; santas casas e hospitais filantrópicos; patrulha mecanizada; e transporte municipal. Especificamente quanto ao Projeto de Lei Nacional sobre Saneamento, que considerou de extrema importância para os municípios , Marchezelli lembrou que este foi barrado no Parlamento, em função da atuação dos senhores Prefeitos Municipais. Finalmente destacou que seu trabalho é um reflexo dessa

atuação, que iniciou-se na reunião de Santa Cruz da Conceição. Pedindo a palavra o Vice Presidente Neuroberto prosseguiu principiando por lembrar que o “start”, do processo proposta de emenda ao orçamento foi dado pela Agência Ambiental da CETESB de Pirassununga, ao reunir os Prefeitos e responsáveis pelos Serviços Municipais de Água e Esgotos de oito municípios do trecho crítico do Rio Mogi, para discussão e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta. Mais, que após várias reuniões em especial as realizadas em Santa Cruz da Conceição e Espírito Santo do Pinhal, chegou-se finalmente ao documento encaminhado à bancada paulista de Deputados Federais. Às 11h:08min o Presidente, informou que o Deputado Federal **Xico Graziano**, encaminhou cópia de discurso realizado no Plenário da Câmara dos Deputados, apoiando a emenda ao orçamento e de imediato passou a palavra para o **Dr. Rui Brasil, Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Cofehidro**, que lembrou que vem acompanhando os trabalhos do CBH-MOGI desde sua fundação, e que hoje, representando o Titular Dr. Mendes Thame, assistiu uma reunião em que o comitê deliberou tranquilamente e com harmonia sobre suas prioridades na região. Este é o exercício que vimos fazendo ao longo dos anos como bem realçou o Sr. Marcus Vinicius, Secretário deste Comitê, sintetizado no tripé que sustenta o comitê: integração, descentralização e participação. Lembrou que os Prefeitos sabem muito bem disto: que podem fazer parte da decisão de resolver problemas. Na medida que delegamos para o Fehidro, para o comitê de bacia, a responsabilidade é mais que compartilhada. É isto que dá força ao sistema estadual de recursos hídricos, concluiu. Não só discutimos diretrizes, como decidimos o que vamos fazer, e acompanhamos o que foi feito. O Sr. Rui Brasil reconhece que o recurso Fehidro é uma gota d’água no oceano, e que gostaria de contar com empenho de todos, para um “empurrãozinho” nos deputados estaduais, no sentido de que aprovelem o Projeto de Lei de cobrança pelo “mau uso da água” – conforme palavras do Secretário Mendes Thame. Rui Brasil revelou que a idéia do projeto de lei não é criar um produto arrecadatório, mas é dar ao produto natural água uma idéia de valor. Por que se não tem valor usamos de maneira desatenciosa. É preciso com isto mudar o comportamento das pessoas. Este é o principal objetivo da lei, enfatizou. A lei é um instrumento indutor de mudança de comportamento do usuário de água. Lembrou que o recurso arrecadado será aplicado/distribuído como aplicamos hoje nesta reunião, para garantir a quantidade e qualidade das águas. Prosseguindo em sua explanação o Dr Rui fez um paralelo entre a cobrança de zona azul e cobrança da água. Principiou por lembrar que quando as cidades eram pequenas, não tinham problemas de estacionamento. Com o tempo estacionar no centro foi ficando difícil. Criou-se a chamada “zona azul”. E o que se faz é cobrar um valor simbólico para determinado tempo de estacionamento – juridicamente: preço público. Dr. Rui frisou que o resultado foi a racionalização do uso do espaço, dando acesso a mais pessoas, e isto vem funcionando razoavelmente. Concluiu que a cobrança da água é semelhante. E com um “plus” a mais, pois aquele que contribuir com carga poluidora grande deve pagar mais (por que é caro tratar), não para puni-lo mas para obrigá-lo a tratar o esgoto, como vem enfatizando o Secretário Mendes Thame, em palestra constante do “folder” distribuído a todos, ao defender a aprovação do projeto de lei. Ao saudar a todos em nome do Secretário Mendes Thame, fez votos que o CBH-MOGI continue forte, lembrando mais uma vez que o Governo Estadual honrou todas as decisões que o comitê tomou em suas deliberações. Por oportuno o Dr. Rui Brasil, elogiou e destacou a parceria do comitê com a classe parlamentar, especial com os deputados aqui presentes pessoalmente e mencionados pelo Presidente João Alborgheti. Enfatizou que esta parceria é necessária por uma série de razões, a saber: a) tudo que fazemos depende de regulação, sobretudo de leis, e se o parlamentar não estiver sintonizado com a questão dos recursos hídricos no que diz respeito à quantidade e qualidade das águas, este tema estará fora de sua pauta; b) visa buscar recursos financeiros, que fazem brilhar os olhos dos Prefeitos. Nesse passo, Rui Brasil, citou como exemplo a emenda de bancada, que não é partidária, mas do conjunto dos deputados. Lembrou que em 2000 não deu, muito embora a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos tenha apresentado o plano de trabalho. Mas que para 2001 temos oito milhões de reais – para quatro comitês (CBH’s Piracicaba, Paraíba do Sul, Pardo e Mogi) – e que para tanto precisamos preencher um plano de trabalho com os pedidos de cada comitê, e sensibilizar os ministros da área para assegurarmos o acesso aos recursos. Vamos fazer a nossa parte – apresentando o plano de trabalho – juntamente com os comitês. Mas enfatizou que se não houver pressão, não acontece depois. O Sr. Rui Brasil ainda lembrou que o rios Mogi e Pardo são federais e que assim ainda temos o trabalho de cuidar de suas cabeceiras e garantir nos comitês federais as mesmas conquistas já obtidas nos estaduais. Finalizando o Dr. Rui Brasil parabenizou o CBH-MOGI pelo seu caráter sempre dinâmico, inovador e que tem produto. Às 11h:23min o Presidente João Alborgheti retomou a palavra. Agradeceu a presença e palavras do Dr. Rui Brasil, solicitando-lhe que transmitisse nossos respeitos ao Secretário Mendes Thame, além do que tem em nós deste comitê um aliado e a certeza de nossa parceria. A seguir, o Presidente passou diretamente para o próximo item da pauta **“assuntos diversos”**. De imediato o Sr. João Alborgheti abordou a questão da emenda ao orçamento da união de 2000 que teve no Dep. Sílvio Torres um de seus autores. A emenda prevê um valor de oito milhões de reais,

para ser distribuída por quatro comitês (CBH's Paraíba, Piracicaba, Pardo e Mogi), cabendo dois milhões de reais para o CBH-Mogi. Principiou por afirmar que como já disse o Dr. Rui Brasil a bem da verdade o garantido é o que votamos hoje, mas que temos que correr atrás dos dois milhões que são do CBH-Mogi. Por oportuno, o Presidente Alborgheti chamou a atenção para a dificuldade de se apresentar projetos pedindo recursos. Revelando que há projetos bem elaborados sem local. Às vezes há local e não tem quem faça o projeto. Outras muda-se de local. Neste sentido colocou o Comitê por intermédio da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento à disposição dos interessados. Bem como lembrou que a CETESB e DAEE a continuarão a colaborar. Em suma é preciso se capacitar para aproveitar os recursos financeiros em sua plenitude. É preciso saber pedir bem para acessar os recursos, concluiu. A seguir parafraseando o Prof. de Língua Portuguesa e Literatura da Unicamp o Presidente Alborgheti fez uma comparação entre o político eucalipto e jequitibá, lembrando que felizmente para esta região, estado e país hoje estamos lidando com qualidade de gente voltada para o político jequitibá. Todos sabemos que o eucalipto brota em qualquer lugar, chocho e quebradiço. Afirmou que esta geração de prefeitos e deputados vem pensando mais como estadistas do que simplesmente na próxima eleição. Bem por isto agradeceu o esforço dos deputados federais Dr. Hélio, Nelson Marchezelli; Paulo Kobayashi, Sílvio Torres, José Índio, Xico Graziano e demais integrantes da bancada paulista e de todos os prefeitos da bacia que “cutucaram” os deputados dos mais variados partidos políticos, o que é mais importante ainda, pois é o esforço conjunto de todos na luta pela preservação da bacia. O presidente ainda fez votos de que todos continuem lutando e sendo jequitibás. Terminou lembrando que seu mandato termina em 2002, e que já foi feito um pouco, mas que há muito o que fazer juntos. Junto com Prefeitos, CETESB, DAEE, Universidades públicas e particulares, usuários de água, e sociedade civil, que tem como exemplo o Sr. Jair Bernardes (aplausos) “avançado no tempo (mais de 70....) mas com cabeça e vontade excepcionais, se fazendo presente em todas nossas reuniões, assim gostaria de fazer dele o nosso modelo” concluiu. Ato contínuo o Sr. Jair agradeceu as palavras da Presidência exortando todos a fazerem amigos e a acreditar no país. Às 11h:43min o Presidente franqueou a palavra ao Vice Presidente Eng.º Neuroberto Silva, que abordou temas que se seguem. Dirigiu o processo de **escolha das 12 vagas do 1º Congresso Estadual**. Apresentaram-se Associação de Engenheiros e Arquitetos de Mogi Guaçu (Eng.º Luiz Antônio Brasi); APROMA- Associação de Proteção do Meio Ambiente de Mogi Guaçu (Sr. Célio Luiz Franco de Almeida); Associação Ambiental Paiquerê (Dra. Márcia Noélia Eler); Grupo Ecológico Maitan (Sr. David Eduardo Paolinetti Bossi); os Prefeitos dos Municípios de Sertãozinho (o Conselheiro Estadual Sr. José Gimenez); Rincão (Sr. Amarildo Dudu Bolito); Dumont (Sr. Antônio Roque Bálsamo); Porto Ferreira (Sr. André Luiz Anção Braga), sendo que os membros do Estado entrarão em contato posteriormente com a Secretaria Executiva do Comitê. Na seqüência apresentou proposta de se promover no Comitê **curso de capacitação sobre o “Estatuto da Cidade e Plano Diretor”**, dado por Profissionais do conceituado Instituto Brasileiro de Administração Municipal – **IBAM**. Revelou que o curso de dois dias terá um custo de trezentos e cinquenta reais por pessoa, e que o Prefeito Hélio Miachon já disponibilizou local. Colocada em votação a proposta foi aprovada, ficando a Vice Presidência de fazer os contatos e ultimar os preparativos. Finalmente o Eng.º Neuroberto Silva discorreu sobre o tema **Comitê Federal**. Principiou por relatar a segunda parte da viagem a Brasília da Mesa Diretora do Comitê, que esteve na Agência Nacional de Águas. Segundo Neuroberto na reunião ficou claro que temos que tratar com o pessoal de Minas, com os municípios que contribuem para a bacia do Mogi, e que por ser rio federal para termos acesso aos recursos do programa de compra de esgotos e outros precisamos de criar um comitê federal. Além do que é preciso demonstrar a viabilidade econômica de sua criação. Posteriormente na reunião realizada em Ribeirão Preto com os 5 comitês, quatro paulistas e um mineiro, ficou claro que para Neuroberto o elemento complicador é que em Minas o Comitê Estadual abrange os afluentes do Pardo e do Mogi. Não é só do Mogi. Nesta reunião uma das propostas é de se criar um comitê federal só para todos os cinco. Em suma revelou que as tratativas iniciaram-se assim. Revelou que naquela reunião colocou a preocupação já manifestada por esta assembléia, que com a cobrança da água o recurso aqui captado fique aqui! Estamos neste pé, concluiu. Haverá nova reunião na próxima terça em Pirassununga. A ANA fala que é necessário que o comitê apresente sustentabilidade econômica, neste sentido já estamos realizando estudos no CBH-Mogi e vamos levar para próxima reunião dos cinco comitês e posteriormente para a ANA. Na reunião de Pirassununga teremos dois blocos um técnico e outro institucional, em que participarão o Presidente e Vice. O encaminhamento tem sido este, e todos continuarão a ser informados. Na seqüência o Prefeito de Rincão Sr. Amarildo Dudu Bolito defendeu a necessidade de se avaliar bem a questão sob todos os ângulos (técnico, geográfico, político etc.) para verificar quais os caminhos e conseqüências. Neuroberto revelou que a idéia é aproveitar uma das próximas reuniões, ou promover uma exclusiva, para discutir o assunto, quem sabe nos seminários regionais, como chegou a sugerir o Prof. Paulo Gomes. Finalizando Neuroberto destacou que vai continuar relatando o discutido nas reuniões, enfatizando que a mesa diretora do comitê “não vai tomar nenhuma

decisão sem o aval de todos numa reunião plenária”. Às 11h:55min o Presidente João Alborgheti antes de colocar em discussão a escolha do próximo município anfitrião onde será realizada a próxima plenária, lembrou que 2002 é ano eleitoral e que praticamente três meses antes e três meses depois da data da eleição não se assina contrato ou convênio, enfatizando assim que seria interessante agilizar o processo de distribuição dos recursos Fehidro para 2002, concentrando-o nos primeiros meses. Todos se manifestaram a favor da proposta. Isto posto o Sr. Presidente colocou em discussão a escolha do próximo município onde será realizada a 15ª Reunião Ordinária do CBH-Mogi, dia 1º de fevereiro de 2002, tendo sido escolhido o Município de Dumont. Na seqüência o Prefeito Anfitrião Hélio Miachon agradeceu a todos os membros do Comitê pela escolha de seu município para sediar esta reunião, concluiu que desta reunião todos saíram satisfeitos e sobretudo convencidos do que aqui foi decidido, desejando a todos um feliz retorno, Finalmente às 11h:53min o Presidente João Alborgheti agradeceu a generosa acolhida do Prefeito anfitrião e com as homenagens de praxe deu por encerrada a 14ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, cuja ata foi por mim Marcus Vinicius Lopes da Silva, Secretário Executivo do CBH-MOGI, lavrada, digitada e assinada.

Mogi Guaçu, 9 de novembro de 2001

Marcus Vinicius Lopes da Silva
Secretário Executivo do
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu

Mvls/mvls.